

GRÊMIO ESTUDANTIL: DESAFIOS E IMPASSES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.

Ailton Bueno Scorsoline¹
Marcilene Rosa Leandro Moura²
Ricardo José Orsi de Sanctis³
Universidade de Sorocaba - UNISO

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo resulta de trabalho de análise de grêmios estudantis de escolas estaduais pertencentes a um município abrangido por uma Diretoria de Ensino do interior do Estado de São Paulo, realizado por professores do programa “Bolsa Mestrado” do governo do Estado, que se encontra em andamento, não tendo ainda sido finalizado.

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores inicia-se pela análise histórica de formação dos grêmios e sua atuação como movimento político de reivindicação de questões sociais, centrando na década de 60 e seu retorno na década de 80, bem como legislação estadual de “regulamentação” das entidades nas unidades escolares.

A seguir, através do diagnóstico de quatro escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, contrasta-se a forma de organização bem como os papéis desempenhados pelos grêmios nos anos de 2005/2006 e os da década de 60: sua autonomia, gestão, desejos e lutas.

A pesquisa baseou-se no encontro realizado entre estudantes gremistas das quatro instituições analisadas e mestrandos da Oficina Pedagógica, colhendo-se dos educandos suas experiências no trabalho junto às escolas, as dificuldades e a forma de articulação com o ente público e os demais partícipes da comunidade escolar.

O resultado do trabalho apresentou o estado real das agremiações estudantis na atualidade, cuja forma de organização e participação nas decisões e reivindicações escolares não atendem às reais necessidades da comunidade estudantil.

¹ Professor da FADITU, IMAPES; Mestrando em Educação na Universidade de Sorocaba;

² Professora de Educação Física; Mestranda em Educação na Universidade de Sorocaba;

³ Professor da Universidade Paulista; Mestrando em Educação na Universidade de Sorocaba.

2. O INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE E A CONSTRUÇÃO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS:

A participação dos movimentos populares nas questões políticas, sociais e econômicas do país sempre contou com diversos setores da sociedade, entre eles os grêmios estudantis.

O Grêmio Estudantil constitui-se no espaço coletivo de discussões, onde os estudantes têm a oportunidade de expor suas opiniões a respeito da comunidade escolar (suas necessidades, desejos, funções, tanto nas questões administrativas como nas questões pedagógicas), participando ativamente na construção do processo educacional (AGUIAR e GRÁCIO, 2002).

Em 1710 ocorre a primeira manifestação estudantil anotada na história brasileira, onde estudantes de conventos e colégios religiosos se revoltam contra os franceses que haviam invadido o Rio de Janeiro. (POERNER, 1979)

Os estudantes participaram ativamente também da Inconfidência Mineira e se engajaram nas campanhas pela Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul e Sabinada e Guerra de Canudos na Bahia. (POERNER, 1979)

Em 1901, surge a Federação de Estudantes Brasileiros. Em 1917, surge a Liga Nacionalista que organiza a juventude em campanhas de cunho cívico e social. Com a Revolução Constitucionalista, a juventude mais organizada e politizada se integra à Juventude Comunista e à Juventude Integralista. (POERNER, 1979)

Com a fundação da USP – Universidade de São Paulo em 1934, e a criação da UNE em 1937, o movimento estudantil que até então congregava tanto os secundaristas quanto os universitários ganha corpo e marca sua preocupação com os problemas nacionais, que vão desde a discussão sobre o analfabetismo, a luta pela indústria siderúrgica nacional e a criação da Petrobrás (POERNER, 1979).

A UNE passa a coordenar as atividades de outras organizações estudantis, iniciou a campanha contra o nazi-fascismo e tentava, por meio de suas atividades, influenciar politicamente não apenas os estudantes, mas a sociedade civil brasileira. (POERNER, 1979)

A partir de 1948, com a criação da entidade nacional secundarista a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas os estudantes do ensino fundamental e médio passam a ter sua representação própria, apesar de ainda participarem dos fóruns da UNE, principalmente nas atividades desenvolvidas pelo CPC – Centro Popular de Cultura, órgão criado pela UNE que se propunha a favorecer por meio da cultura, a conscientização, politização e organização do povo. (GONÇALVES & ROMAGNOLI,1976)

Os secundaristas, (termo que abrangia os estudantes de 1º e 2º graus, conforme denominação dada pela LDB 4024/61) engajados neste trabalho envolveram-se em programas de alfabetização de adultos, movimentos populares, praças de cultura, artes plástica, cinema, música, festivais de cultura, etc. (PESCUMA, 1990)

Em 1964, com o golpe militar, assume a presidência da república o Marechal Castelo Branco, que inicia uma implacável perseguição aos movimentos sociais incluindo o movimento estudantil, que tem suas principais lideranças presas ou exiladas, desorganizando momentaneamente os estudantes. (GONÇALVES & ROMAGNOLI,1976)

Com a edição do AI-5 – Ato Institucional n.º 5 em 13 de dezembro de 1968, o Congresso Nacional é fechado, e há um aumento da repressão e da censura. Com a configuração deste quadro os estudantes se mobilizam e partem para a luta armada. Assim como a UNE, a UBES, os Grêmios Estudantis foram fechados e as escolas passam a contar com o CCE - Centro Cívico Escolar, que apenas burocraticamente representava os estudantes dentro e fora da unidade escolar. (GONÇALVES & ROMAGNOLI,1976)

A UNE volta à cena, ainda não legalmente em maio de 1979, com a realização de seu 31º Congresso em Salvador - BA, onde os estudantes aprovaram entre outras lutas a solicitação de mais verbas para a educação e contra o ensino pago. Até a realização deste Congresso, universitários e secundaristas dividiam os mesmos fóruns de discussão, apesar da existência de entidades distintas. (GONÇALVES & ROMAGNOLI,1976)

A década de 80 é marcada pela redemocratização das relações sociais e políticas no país. Com a anistia política e a promulgação da Constituição de 1988 estabelece-se uma nova visão de direitos e deveres tanto do cidadão, quanto do estado nacional. (ABRANCHES, 2003)

Fruto desta nova realidade e da necessidade da reconstrução do movimento secundarista, desarticulado com o fechamento das entidades estudantis e posteriormente desvinculado dos fóruns de discussão da UNE, surge em 1984, a UMES-SP – União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, que inicia um trabalho de reorganização do movimento estudantil secundarista reivindicando o fim do CCE - Centro Cívico Escolar, por não atender aos anseios e necessidades reais dos estudantes, cuja organização e finalidades objetivavam o controle do Regime Militar sobre todas as atividades estudantis.

O retorno dos Grêmios Estudantis ocorre oficialmente em Outubro de 1985, com a promulgação da Lei Federal n.º 7398/85, denominada Lei do Grêmio Livre. (MOURA, 2005)

3. A NOVA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA:

A Lei nº 7.398/85, que instituiu o Grêmio Livre, conferiu autonomia aos estudantes secundaristas, passando a ser a entidade de representação de seus interesses, com finalidades culturais, cívicas e sociais, sem a presença do professor orientador, figura obrigatória nos CCE's. (MOURA, 2005)

“Artigo 1º: Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais”.

Apesar da legalização da organização dos grêmios ter ocorrido em meados da década de 80, após o fim do Regime Militar, o movimento estudantil secundarista só consegue efetivamente se organizar na década de 90, com a reconstrução da entidade municipal em São Paulo, capital.

Nesta época uma das principais reivindicações dos estudantes era o efetivo funcionamento dos Grêmios Estudantis e um ensino público de qualidade, com a aplicação de mais verbas na educação, aprovação da Lei da meia-entrada/meio-passe. (MOURA, 2005)

Com a legalização dos grêmios estudantis ocorrida em meados da década de 1980 e o surgimento movimento de organização das entidades estudantis regionais e nacional, o Governo do Estado de São Paulo por meio

da Secretaria de Estado da Educação, sentindo a necessidade de controlar essas organizações nas unidades escolares, formulou em 1998 uma cartilha para a reativação do Grêmio Estudantil, para que depois de organizados, possam promover atividades educativas, recreativas e culturais, defendendo os interesses dos alunos e somando esforços para a melhoria do ensino.

Na apresentação da cartilha, a escola é definida como:

(...) “um espaço riquíssimo de possibilidades, onde os alunos têm muito, não só para ouvir, mas para dizer; não só para aprender, mas para criar; não só para reclamar, mas para agir. Ao lado de vários problemas do dia-a-dia da escola, que os alunos podem ajudar a identificar e resolver, existe um mundo de temas e atividades para os quais a escola é o lugar perfeito de discussão e realização. As drogas e a Aids, a formação profissional e a orientação sexual, a gravidez prematura e o trabalho precoce, a ecologia e a cultura, as eleições e os partidos, a violência no bairro e a falta de um semáforo na esquina, tudo isso acompanhado do “bailão” dos sábados, dos campeonatos de xadrez e futebol, do teatro e do cineclube, do passeio ecológico e da feira de artesanato, são assuntos da maior importância, e que interessam aos alunos, fora e dentro da escola”.

Pode-se, então dizer que o governo do Estado ao “regulamentar” os grêmios nas unidades escolares públicas, ao mesmo tempo em que incentivava a organização dessas entidades estudantis, tutelava seu funcionamento sob a ótica estatal, direcionando as discussões e debates para a realização de atividades que pouco diziam respeito aos reais anseios dos estudantes.

4. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS NAS UNIDADES ESCOLARES

Na Diretoria de Ensino objeto do presente trabalho, no ano de 2002, os ATP's - Assistentes Técnicos Pedagógicos realizaram um trabalho no sentido de promover a organização dos Grêmios Estudantis.

Desde então, foram realizadas diversas reuniões e encontros, tanto municipais quanto regionais, que segundo os ATP's responsáveis pelo projeto, neste período, tinham o objetivo de esclarecer as dúvidas dos estudantes, propondo atividades individuais e coletivas organizadas pelo Grêmio Estudantil, além de propiciar a troca de idéias entre os estudantes de diferentes realidades com visões, problemas e soluções diferenciadas.

No ano de 2005, o trabalho sofreu por parte da Diretoria de Ensino uma pausa e foi reiniciado pelos bolsistas do Programa Bolsa Mestrado do Governo do Estado de São Paulo, alocados nesta Diretoria de Ensino, os quais desenvolvem pesquisas na área da educação.

Os bolsistas iniciaram o trabalho realizando um encontro com os integrantes dos Grêmios Estudantis, fazendo um levantamento diagnóstico sobre a atual situação de cada entidade, que vinham até então, trabalhando sem a intervenção dos ATP's da Diretoria de Ensino, auxiliados apenas por entes da própria escola.

Foram objetos de estudo a constituição e organização dos grêmios e o planejamento e desenvolvimento de suas atividades políticas, focando o grau de autonomia das entidades nas discussões e decisões a serem tomadas na escola. Observaram-se as facilidades e dificuldades encontradas pelos grupos na implementação de seus trabalhos, bem como mobilização de toda a comunidade estudantil.

Os estudantes apresentaram como dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do grêmio a falta de recursos físicos e materiais para organização da entidade nas escolas, além ausência de participação efetiva da comunidade estudantil nas ações propostas pelo grêmio.

Também reclamaram da presença do professor orientador, que segundo os próprios gremistas, atuam com a finalidade de "ajudar" na organização do Grêmio. Esta "ajuda" consiste no fato de "verificar" e "orientar" as suas ações. Percebe-se que há interferência nas discussões que deveriam, a rigor, ser fruto de uma iniciativa coletiva, única e exclusiva dos alunos.

Para Pescuma (1990: p.134):

"A escola reflete o autoritarismo da sociedade. Mas é preciso repensá-la, assim como reformular os professores, os diretores e os currículos. Os professores precisam readquirir a necessidade de pensar. O professor que pensa leva o aluno a pensar também. E o estudante precisa perceber a necessidade de mudar a escola primeiro, para depois intervir na sociedade."

Os integrantes do Grêmio curiosamente encontram dificuldades para se reunirem e discutirem as ações. Segundo a direção escolar, as reuniões se

tornam desnecessárias, já que o professor orientador discute com a direção da escola, as atividades que deverão ser desenvolvidas pelo Grêmio, o qual colabora como executor de tarefas, o que justifica inclusive, a ausência de uma sala estruturada para atender as necessidades do Grêmio Estudantil.

A narração da organização de um dos eventos que ocorreu em uma das escolas presentes no encontro, dá uma idéia de como atuam os gremistas.

Com o intuito de promover uma festa e angariar fundos para a escola, a direção convidou os gremistas para organizá-la, a fim de que os recursos levantados se destinassem à compra de cortinas para as salas de aula.

Os gremistas se empenharam na organização do evento, o qual nomearam “tape”. Decoraram a escola, contrataram os “DJs”, prepararam quitutes e fizeram a divulgação.

O evento ocorreu, cobrando-se a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) a título de entrada de cada estudante, com o controle da bilheteria sendo exercido por professores.

Após a realização do evento, o dinheiro arrecadado teve outro destino que não aquele inicialmente proposto. Atendendo ao questionamento de alunos a direção divulgou que o dinheiro foi usado para pagar uma faxineira contratada para cobrir a licença prêmio de uma funcionária titular de cargo.

Esta informalidade com relação ao grêmio é uma constante, haja visto que não possuem acesso à documentação (atas, estatuto, nominatas, livro caixa) do próprio Grêmio, que fica em poder da direção da escola, que “gentilmente” guarda todos os documentos da entidade, pois, não têm uma sala estruturada com um local onde possam guardar este material. Segundo os alunos, a direção alega que para guardar material não há a necessidade de uma sala para uso do Grêmio.

Segundo relato dos próprios estudantes, os Grêmios colaboram com os campeonatos esportivos, realização de festas e com o Programa Escola da Família. Percebe-se, que o fato de todo o dinheiro arrecadado ir para a escola e ter destino que não comporta a participação do Grêmio se repete em todos os demais eventos promovidos pela escola e executados por eles. A direção da escola, segundo os estudantes e o professor orientador, não vê necessidade de discutir com o Grêmio, já que o professor orientador cumpre este papel.

Os estudantes também relataram que não participam dos fóruns de discussão pedagógica da unidade escolar, ou seja, em nenhum momento participam da discussão de qualquer atividade pedagógica, tais como reuniões para discussão de projetos de ensino-aprendizagem, ou de formas de avaliação, etc. Ainda se mantém na escola a visão de que o professor ensina e que o aluno aprende. Em nenhum momento percebe-se que estes estudantes, que representam outros estudantes contribuam com o seu próprio processo de formação, mantendo-se uma relação unilateral.

Por outro lado, segundo os gremistas, organizam e participam de diversas atividades de cunho social como, por exemplo, campanhas de agasalho, de arrecadação de alimentos, livros, material reciclável, organização da merenda do curso noturno, etc.

5. CONCLUSÃO:

Para Aguiar e Grácio (2002): *“A articulação dos alunos para a organização do Grêmio Estudantil gira em torno de atividades lúdicas e de ações que visam solucionar problemas ligados à gestão da escola que os atinge diretamente.”* Diante desta afirmação e dos relatos expostos pelos estudantes, pode-se dizer que o Grêmio Estudantil até realiza atividades papel na unidade escolar com relação à promoção de atividades lúdicas.

Quando se trata da resolução de problemas ligados à gestão da escola, os estudantes ficam à margem das discussões que envolvem tanto os problemas quanto as possíveis soluções, já que promovem atividades determinadas pela direção da escola.

O papel dos Grêmios Estudantil, enquanto entidade representativa dos estudantes de uma unidade escolar, não deveria ser o de cumprir tarefas e sim discutir e reivindicar seus direitos, da mesma forma cumprir com seus deveres.

Neste sentido, os PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais, quando trata dos temas transversais ética e cidadania afirma que: *“Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo direito a ter direitos, bem como construir novos direitos de rever os já existentes (...).”*

Sob a bandeira do exercício da cidadania, da participação, da coletividade, do trabalho voluntário e solidário desenvolvem tarefas de cunho

social, sem efetivamente discutir entre si as reais necessidades que afligem os estudantes.

Almeida (2002), afirma que: *“Trata-se na melhor tradição weberiana, de pensar a organização a organização da sociedade em termos de hierarquias de poder às quais são submetidos inclusive àqueles mais dominados por perceberem a ordem social como natural, legítima e adequada.”*

Nas décadas passadas, com todas as dificuldades, víamos os estudantes se organizando, realizando passeatas, reivindicando o que acreditavam ser justo, participando com toda a sociedade civil de movimentos sociais extremamente políticos, sem desconsiderar as diferenças nos aspectos políticos, sociais e ideológicos que envolvem cada um destes períodos.

Observe este trecho sobre a presença do movimento estudantil no ano de 1968, considerado o ápice do confronto entre governo e sociedade civil:

“O movimento estudantil continuava nas ruas mais do que nunca, naquele ano de 1968. No mês de março ocorreu a morte do estudante Edson Luis Lima Souto, quando a polícia reprimia uma manifestação no Calabouço (Paz e Terra, abril de 1968: 282-7). Seguiram-se várias manifestações em diversos pontos do país e culminaram, em 1º de abril, no maior movimento de protesto contra o regime já conseguido até aquela época. Era o quarto aniversário do movimento de 64 e, na cidade do Rio de Janeiro, o choque de manifestantes com a Polícia Militar, auxiliada pelo DOPS, resultou em mais dois mortos: o estudante Jorge Aprígio de Paula e o escrivão Davi de Souza Neiva. Sessenta populares e 39 policiais ficaram feridos, 321 pessoas presas e a cidade praticamente ocupada por tropas federais. Em Goiânia, com um tiro de fuzil na cabeça, morreu o estudante Ivo Vieira (Poerner, 1979: 293-6; Castilho, s.d) (1986, SANFELICE).

Para Pescuma (1990): *“A organização dos alunos do ensino fundamental e médio nos dias atuais ainda é algo frágil, incipiente que, apesar de inúmeras tentativas de órgãos governamentais, ou por parte da estrutura escolar, ou mesmo dos próprios estudantes, não consegue concretizar-se de modo significativo.”*

Podemos então dizer, que a participação dos Grêmios Estudantis ocorre de forma burocrática, sem a participação dos estudantes nas discussões e decisões. O Grêmio vem cumprindo um papel de executor de tarefas, não cumprindo efetivamente seu papel junto à comunidade escolar, uma vez que

não conseguem participar de todos os processos da escola no sentido de contribuir com a sua construção.

Como nos disse Freire (1995):

“Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam escolas, creches ou se limpam ruas ou praças. A participação para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer já o programado”.

Conclui-se então que o estudante, tanto quanto o professor ou o diretor ou o pai de aluno devem participar de todos os processos que envolvem a formação do cidadão, compreendendo a necessidade da realização das discussões políticas e educacionais, onde toda a comunidade escolar tenha claramente definida sua parcela de contribuição.

Sendo assim, apesar de sua legalidade, o Grêmio Estudantil apresenta nos dias de hoje, vários desafios e impasses para a construção da cidadania. Enquanto estes estudantes, por meio de suas entidades estudantis, não tiverem a clareza do papel que cumprem dentro da comunidade escolar, estes desafios e impasses não serão superados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANCHES, M. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo: Cortez, 2003.

AGUIAR, R.C.L.; GRÁCIO J.C. Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. **Gestão Democrática.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

ALMEIDA, A. M. F. **Notas sobre a sociologia do poder: a linguagem e o sistema de ensino.** Horizontes, Bragança Paulista, n.º 20, p. 15-30, jan/dez 2002.

BUENO, S. **Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: FTD, 2001.

DEMO, P. **Participação é conquista.** 4ª ed. São Paulo: Cortez., 1999.

- FREIRE P. **A educação na Cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GONÇALVES, T.; ROMAGNOLI L. H. **A volta da UNE – de Ibiúna à Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LUZ, S. E. **A Organização de Grêmio Estudantil**. 2. ed. São Paulo: 1998.
- MOURA, M. R. L. “**Caminhando contra o vento, sem lenço sem documento... O Papel do Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática**”. Monografia de Pós Graduação em Gestão e Organização Escolar. Universidade Cidade de São Paulo, SP: 2005.
- PESCUMA, D. **Grêmio Estudantil, uma realidade a ser conquistada**. Dissertação de Mestrado em Supervisão e Currículo, 1990, PUC, São Paulo.
- POERNER, A. J. **O poder jovem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1979.
- SANFELICE, J. L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- BRASIL**, Secretaria de Educação Fundamental. PCN's: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, p54-58.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** de 05 de Outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 23 Outubro 2004.
- Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>> . Acesso em 23 Outubro 2004.
- UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS**. Disponível em <<http://www.umes.org.br/leiamais/gremio/index.html>>. Acesso em 20 Outubro 2004.
- UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS**. Disponível em <<http://www.umes.org.br/contatos/index.cfm>> . Acesso em 19 Abril 2006.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES**. Disponível em <http://www.memoriaestudantil.org.br/main.asp?Team=%7B53D118DF%2DA834%2D4424%2DBEED%2D8AFAB8EE0FE7%7D>. Acesso em 28 Dezembro 2004.